



JULIA GONÇALVES FAGUNDES
MARIA FERNANDA OLIVEIRA DI RAGO

VALORIZAÇÃO E AUTONOMIA DA ENFERMAGEM EM DIFERENTES NÍVEIS DE
ATENÇÃO À SAÚDE

BARRA DA TIJUCA

2026



JULIA GONÇALVES FAGUNDES
MARIA FERNANDA OLIVEIRA DI RAGO

VALORIZAÇÃO E AUTONOMIA DA ENFERMAGEM EM DIFERENTES NÍVEIS DE
ATENÇÃO À SAÚDE

Trabalho de Conclusão de Curso de
Enfermagem apresentado à Universidade
Unigranrio Afya, como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em
Enfermagem.

Orientadora: Ana Cristina Silva De Carvalho

BARRA DA TIJUCA
2026

PÁGINA PARA FICHA CATALOGRÁFICA

VALORIZAÇÃO E AUTONOMIA DA ENFERMAGEM EM DIFERENTES NÍVEIS DE ATENÇÃO À SAÚDE

Trabalho de Conclusão de Curso de Enfermagem apresentado à Universidade Unigranrio Afya, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Enfermagem.

Aprovada em de de 2026.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Orientadora Ana Cristina Silva De Carvalho
UNIGRANRIO AFYA

Prof.^a Alessandra Cabral de Lacerda
UNIGRANRIO AFYA

Prof.^a Maria de Fátima Nascimento do Amaral
UNIGRANRIO AFYA

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos professores, que, período após período, compartilharam seus conhecimentos, dedicação e incentivo, contribuindo de forma essencial para a nossa formação e tornando possível a conclusão deste curso tão importante em nossas vidas.

Aos nossos familiares, que nos motivam diariamente e representam o nosso maior alicerce, dando-nos força para enfrentar os medos, superar os desafios e seguir firmes em cada nova etapa da nossa trajetória.

Às nossas companheiras e amigas de graduação, que transformaram uma caminhada repleta de desafios em uma experiência marcada pelo acolhimento, parceria, aprendizado, respeito e incontáveis sorrisos compartilhados ao longo de todas as manhãs.

RESUMO

A valorização e a autonomia da enfermagem constituem elementos fundamentais para o fortalecimento da profissão e para a qualidade da assistência em saúde. Este estudo teve como objetivo analisar os fatores que influenciam a valorização da enfermagem e sua autonomia nos diferentes níveis de atenção à saúde, identificando os principais desafios enfrentados pelos profissionais e descrevendo como a autonomia se manifesta nas práticas clínica, gerencial e comunitária. Trata-se de uma revisão bibliográfica narrativa, realizada por meio de pesquisa nas bases de dados SciELO, LILACS, BDENF e PubMed, utilizando descritores relacionados à autonomia profissional, enfermagem e níveis de atenção à saúde. Após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados seis artigos para compor a análise. Os resultados evidenciaram que fatores históricos, culturais e institucionais, como a feminilização da profissão, a hegemonia do modelo biomédico, as estruturas hierarquizadas e a sobrecarga de trabalho, ainda limitam o reconhecimento e o exercício pleno da autonomia do enfermeiro. Em contrapartida, observou-se que a Atenção Primária à Saúde oferece maior espaço para práticas autônomas e que as Práticas Avançadas de Enfermagem representam importante estratégia para ampliar o protagonismo profissional. Conclui-se que a consolidação da autonomia da enfermagem depende não apenas de respaldo legal, mas também do fortalecimento da formação profissional, de melhores condições de trabalho, do reconhecimento social e da reorganização dos modelos assistenciais, contribuindo para uma assistência mais resolutiva, segura e centrada nas necessidades da população.

Descritores: Autonomia; Enfermagem; Níveis de Atenção a Saúde.

ABSTRACT

The appreciation and professional autonomy of nursing are fundamental elements for strengthening the profession and improving the quality of healthcare delivery. This study aimed to analyze the factors influencing nursing appreciation and autonomy across different levels of healthcare, identifying the main challenges faced by professionals and describing how autonomy is expressed in clinical, managerial, and community practice. This is a narrative literature review conducted through searches in the SciELO, LILACS, BDENF, and PubMed databases using descriptors related to professional autonomy, nursing, and healthcare levels. After applying the inclusion and exclusion criteria, six articles were selected for analysis. The findings revealed that historical, cultural, and institutional factors, such as the feminization of the profession, the predominance of the biomedical model, hierarchical organizational structures, and work overload, continue to limit professional recognition and the full

exercise of nurses' autonomy. Conversely, Primary Health Care provides greater opportunities for autonomous practice, while Advanced Nursing Practice emerges as an important strategy to enhance professional leadership and recognition. It is concluded that consolidating nursing autonomy depends not only on legal support but also on strengthening professional education, improving working conditions, increasing social recognition, and reorganizing healthcare models, thereby contributing to more effective, safe, and patient-centered care.

Keywords: Autonomy; Nursing; Health Care Levels.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	.09
2	OBJETIVOS.....	.00
	2.1 OBJETIVO GERAL.....	.00
	2.2 OBJETIVOS ESPECIFICOS.....	.00
3	REVISÃO DA LITERATURA.....	.00
4	METODOLOGIA.....	.00
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	.00
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	.00

1. INTRODUÇÃO

Ao longo da graduação tivemos a oportunidade de observar, nos estágios vinculados à universidade, a atuação do enfermeiro em diferentes setores e níveis de complexidade. Nesse contexto, a enfermagem demonstra sua importância e desenvoltura na prática clínica e administrativa, realizando atividades como planejamento, organização, execução e avaliação da assistência de enfermagem; consultas, prescrições de cuidados e encaminhamentos; prescrição de medicamentos (desde que estabelecidos em programas de saúde pública ou em rotina aprovada por instituição); supervisão de técnicos, auxiliares e parteiras; participação em pesquisas, ensino e atividades administrativas; e sendo o responsável técnico de serviços de enfermagem (BRASIL, 1986).

A partir disso, analisamos como a valorização da Enfermagem impacta em sua autonomia, principalmente se tratando de média e alta complexidade, visto que, na Atenção Primária já existe uma maior margem de atuação dos enfermeiros quando se trata de independência profissional na tomada de decisões.

A valorização da enfermagem não se restringe apenas ao reconhecimento salarial, mas envolve também aspectos como condições de trabalho, reconhecimento social, formação continuada, e sobretudo, o fortalecimento da autonomia na tomada de decisões clínicas. No entanto, apesar da importância e do protagonismo da Enfermagem ainda persistem desafios relacionados à valorização profissional e à conquista de maior autonomia nas práticas clínicas.

Investigar como se dá a autonomia da enfermagem além dos limites normativos vigentes, bem como as formas de valorização profissional, torna-se imprescindível. Isso porque a ampliação da autonomia não só representa justiça profissional e reconhecimento, mas pode resultar em ganhos concretos para o serviço de saúde: melhor resolutividade, acessibilidade, humanização do cuidado, e diminuição da sobrecarga nas unidades básicas. Contudo, para que esses benefícios se concretizem, é necessário compreender não apenas as percepções dos enfermeiros sobre sua autonomia, mas também os fatores estruturais, jurídicos, institucionais e culturais que promovem ou impedem essa autonomia.

Nos últimos anos, a discussão sobre a autonomia do enfermeiro no Brasil tem ganhado destaque, especialmente no que se refere à ampliação de suas competências clínicas. A publicação da Resolução nº 801/2026 do Conselho Federal de Enfermagem representa um avanço ao estabelecer diretrizes para a prescrição de medicamentos por enfermeiros, reafirmando uma atribuição já prevista na legislação, desde que fundamentada em protocolos institucionais e no processo de enfermagem (COFEN, 2026). Contudo, essa ampliação do escopo profissional tem gerado debates entre diferentes entidades da saúde, como o Conselho Federal de Medicina, que questiona

a segurança da prescrição de antibióticos por enfermeiros e reforça a necessidade de delimitação de competências entre as categorias profissionais (CFM, 2025). Nesse cenário, evidencia-se que a valorização e a autonomia da enfermagem estão diretamente relacionadas não apenas ao respaldo legal, mas também às disputas institucionais, à organização do trabalho em saúde e ao reconhecimento social da profissão.

Quando pensamos no contexto histórico e nas teorias de enfermagem, confirmamos a ideia de que dar espaço e instrumentos para essa categoria nos traz um retorno muito positivo em diversos aspectos, a história da enfermagem comprova isso de forma prática com o papel desempenhado pelas enfermeiras de guerra como Florence Nightingale destacando a necessidade de formação acadêmica das enfermeiras, sistematizando práticas, baseando-se em observações empíricas e enfatizando aspectos como higiene, ambiente, luz, ventilação, quietude, alimentação e limpeza (ARGENTA; ADAMY; BITENCOURT, 2020). Anna Nery que se ofereceu como voluntária para participar da Guerra do Paraguai (1865-1870), foi nomeada enfermeira e consagrou-se, sendo mencionada, de forma heróica como uma das mais ilustres mulheres da História do Brasil e da Enfermagem. É relevante a contribuição de Anna Nery à nossa profissão considerando sua bondade, caridade, altruísmo, desprendimento, dedicação, humanidade, amor ao próximo, dentre outros. Muitas pessoas tiveram a oportunidade de serem cuidadas por Anna Nery, graças a resposta positiva para sua solicitação de autorização para ser voluntaria na Guerra do Paraguai foi um marco e por isso a destacamos aqui como figura importante para a valorização e autonomia da enfermagem (CARDOSO; MIRANDA, 1999).

Nesse cenário, a atuação da enfermagem é, desde suas origens, essencial seja aonde for, exercendo um papel multifacetado e de extrema relevância para o funcionamento das unidades de saúde.

Assim, a questão norteadora que orienta este estudo é: quais fatores condicionam a valorização e a autonomia do profissional de enfermagem nos diferentes níveis de atenção à saúde?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar os fatores que influenciam a valorização da enfermagem e sua autonomia em diferentes níveis de atenção à saúde.

1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar os principais desafios enfrentados pelos profissionais de enfermagem na busca por reconhecimento e valorização e autonomia em diferentes níveis de atenção à saúde;
- Descrever de que forma a autonomia dos enfermeiros se manifesta na prática clínica, gerencial e comunitária, em diferentes níveis de complexidade.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A enfermagem é uma profissão essencial para o sistema de saúde, com atuação em todos os níveis de atenção e papel fundamental na promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde da população. A valorização da categoria está diretamente relacionada à consolidação de sua autonomia profissional e ao reconhecimento do saber técnico-científico que sustenta sua prática. Conforme o Conselho Federal de Enfermagem (COFEN, 2023), a autonomia é um pilar do exercício ético e responsável do enfermeiro, permitindo que o cuidado seja conduzido com base em evidências e nos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS).

A autonomia profissional refere-se à capacidade do enfermeiro de tomar decisões clínicas e gerenciais de forma independente, respeitando os limites legais e técnicos da profissão. Geremia et al. (2024) destacam que a autonomia é determinante para a qualidade do cuidado, pois possibilita respostas ágeis e resolutivas às necessidades dos pacientes. No entanto, essa autonomia é influenciada por fatores institucionais, hierárquicos e culturais, que variam conforme o nível de atenção à saúde.

Na Atenção Primária à Saúde (APS), observa-se maior liberdade de atuação, especialmente em consultas de enfermagem, prescrição de medicamentos dentro de protocolos, solicitação de exames e acompanhamento de condições crônicas. Segundo Silva et al. (2023), a autonomia na APS está fortemente associada ao uso de protocolos clínicos e diretrizes, fortalecendo a confiança profissional e a resolutividade dos serviços. A atuação do enfermeiro nesse nível é estratégica para o fortalecimento da atenção integral e da humanização do cuidado.

Já nos níveis secundário e terciário, como hospitais e unidades de urgência, a autonomia tende a ser mais restrita devido à estrutura hierarquizada das equipes e à centralização das decisões médicas. Landim et al. (2024) apontam que, nesses contextos, o enfermeiro enfrenta barreiras institucionais para exercer plenamente seu papel de liderança. Apesar disso, há um movimento crescente de reconhecimento do enfermeiro como gestor do cuidado e articulador das práticas multiprofissionais.

A valorização profissional é inseparável da autonomia, abrangendo condições adequadas de trabalho, formação continuada e reconhecimento social e institucional (Pereira et al., 2024). A falta de valorização impacta negativamente a motivação, a autoestima e a qualidade da assistência prestada à população.

O fortalecimento da autonomia e da valorização também depende de políticas públicas e normativas legais. A Lei nº 7.498/1986, que regulamenta o exercício da enfermagem no Brasil, garante ao enfermeiro a execução de atividades privativas, como consultas de enfermagem, prescrição de cuidados e direção do serviço (BRASIL, 1986). Autores como Bueno e Silva (2024) defendem que a implementação

da Prática Avançada de Enfermagem (PAE) é fundamental para consolidar a autonomia clínica, como já ocorre em países como Canadá, Reino Unido e Estados Unidos. Experiências internacionais demonstram que a PAE contribui para a eficiência do sistema de saúde, ampliando a resolutividade e o reconhecimento social da profissão (Ortega, López e Ramírez, 2020).

Assim, a autonomia e a valorização da enfermagem são interdependentes. Quanto maior o reconhecimento do papel científico e assistencial do enfermeiro, maior será sua participação ativa nas decisões clínicas e institucionais. Fortalecer essas dimensões significa garantir melhores condições de trabalho, reconhecimento profissional e avanços na qualidade e integralidade do cuidado à população brasileira.

Além disso, a compreensão histórica da enfermagem é fundamental para entender os desafios contemporâneos relacionados à autonomia e valorização. A profissão, desde suas raízes vinculadas ao trabalho feminino e caritativo, passou por um processo de luta pela legitimação científica e reconhecimento social. Segundo Santos e Pires (2022), a herança histórica de subordinação ao modelo biomédico ainda reflete nas relações de poder entre médicos e enfermeiros, dificultando a plena consolidação da autonomia profissional.

No contexto organizacional, a autonomia do enfermeiro também está diretamente relacionada às condições de trabalho, dimensionamento adequado de equipes, remuneração justa e reconhecimento institucional. Ferreira, Morais e Luna (2023) enfatizam que ambientes de trabalho precarizados contribuem para sobrecarga física e emocional, tornando o exercício da autonomia mais difícil e afetando a qualidade do cuidado. Dessa forma, políticas de valorização devem considerar não apenas formação e atribuições, mas também a garantia de condições materiais para a execução segura das práticas.

Outro aspecto que fortalece a autonomia da enfermagem é a realização da Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE), que organiza e qualifica o processo de cuidado. A Resolução COFEN nº 358/2009 estabelece que a SAE é uma atividade privativa do enfermeiro, reforçando seu papel como responsável pela avaliação, planejamento, execução e avaliação das ações assistenciais. Quando a SAE é aplicada de modo efetivo, a enfermagem assume protagonismo no planejamento do cuidado, o que contribui para o reconhecimento institucional e social de sua importância.

A formação acadêmica e a educação permanente também exercem influência significativa na autonomia profissional. Para Pereira et al. (2024), currículos que incentivam o pensamento crítico, a tomada de decisão baseada em evidências e a liderança favorecem o desenvolvimento de profissionais mais seguros e preparados para assumir responsabilidades ampliadas. Nesse sentido, a valorização passa pela

construção de ambientes formativos que reconheçam o enfermeiro como sujeito ativo do cuidado e não apenas executor de prescrições médicas.

Experiências internacionais reforçam que modelos que ampliam a autonomia da enfermagem geram impactos positivos nos sistemas de saúde. Países que regulamentaram a Prática Avançada de Enfermagem apresentam redução de filas, melhoria nos indicadores de atenção primária e maior satisfação dos usuários (Ortega, López e Ramírez, 2020). Esse cenário demonstra que investir na autonomia não é apenas uma questão corporativa, mas uma estratégia de fortalecimento das políticas públicas de saúde.

Além disso, a discussão acerca da autonomia e valorização da enfermagem também deve considerar o papel dos Conselhos Profissionais, das entidades sindicais e das associações científicas. Essas instituições atuam como mecanismos de proteção profissional, defesa da classe e fortalecimento da identidade coletiva da categoria. O Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) e os Conselhos Regionais (COREN), por exemplo, são responsáveis pela fiscalização do exercício profissional, manutenção do código de ética e promoção de ações educativas. A participação ativa dos profissionais nessas entidades contribui para o fortalecimento político e para a construção de espaços de decisão e representação da classe no cenário da saúde pública.

A Nota Técnica do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN, 2023) reforça que a implementação da Prática Avançada de Enfermagem (PAE) é uma estratégia essencial para o fortalecimento da autonomia profissional no Brasil. Segundo o documento, a atuação do Enfermeiro de Prática Avançada (EPA) já está estabelecida há mais de seis décadas em países como Estados Unidos e Canadá, expandindo-se também para nações em desenvolvimento, como o Chile. Nesses contextos, os EPAs desempenham papel fundamental na ampliação do acesso da população aos sistemas de saúde e na prestação de cuidados clínicos de maior complexidade, com elevada autonomia e capacidade resolutiva. A América Latina, entretanto, é apontada como a única região do mundo que ainda não incorporou de forma ampla essa força de trabalho qualificada, o que acentua desigualdades regionais na formação e na atuação profissional da enfermagem (COFEN, 2023).

A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS, 2023) destaca que vários países latino-americanos, especialmente o Brasil, possuem condições estruturais e acadêmicas favoráveis para o desenvolvimento da PAE. De acordo com a instituição, o país reúne elementos estratégicos para essa implementação: sólida formação universitária em enfermagem, liderança consolidada em programas de pós-graduação, existência de um sistema de saúde universal e um modelo de atenção primária robusto, por meio da Estratégia Saúde da Família. Esses fatores indicam que o Brasil tem potencial para capacitar enfermeiros de práticas avançadas e, assim, melhorar os

indicadores de saúde, reduzir desigualdades e ampliar o acesso aos serviços, especialmente em áreas vulneráveis ou de difícil cobertura.

Apesar desse cenário promissor, a Nota Técnica enfatiza que ainda há barreiras institucionais, políticas e regulatórias que impedem a consolidação da PAE no país. A ausência de um marco regulatório específico limita a autonomia clínica da enfermagem, restringindo a prática a modelos tradicionais e hierarquizados que não acompanham a evolução observada em outras nações. Para superar essas limitações, o COFEN (2023) recomenda o fortalecimento de parcerias entre conselhos profissionais, entidades científicas, universidades e órgãos governamentais — como o Ministério da Saúde e a CAPES — para estabelecer diretrizes comuns, promover formação qualificada e desenvolver políticas que favoreçam a expansão da PAE.

A inclusão dos EPAs no sistema de saúde brasileiro poderia representar um avanço significativo na valorização e autonomia da enfermagem, ampliando a atuação clínica, a liderança nos serviços e a capacidade do enfermeiro de contribuir diretamente para a integralidade do cuidado. Dessa forma, a PAE não se configura apenas como um modelo assistencial, mas como uma estratégia capaz de elevar o reconhecimento social da profissão, favorecer o protagonismo do enfermeiro e fortalecer a efetividade do Sistema Único de Saúde.

Outro aspecto relevante refere-se ao reconhecimento social do enfermeiro, que ainda enfrenta desafios relacionados à falta de visibilidade do trabalho realizado. Muitas atividades realizadas pela equipe de enfermagem são contínuas, complexas e exigem raciocínio clínico, porém ocorrem de forma silenciosa e muitas vezes invisível aos olhos da população. Santos e Lima (2021) destacam que a sociedade tende a reconhecer o médico como protagonista da assistência, enquanto o enfermeiro é frequentemente associado à execução de tarefas técnicas. Desconstruir essa percepção é fundamental para que a enfermagem seja legitimada como uma profissão de base científica e de tomada de decisão.

No contexto da ampliação da autonomia profissional da enfermagem no Brasil, observa-se um movimento recente de fortalecimento das competências clínicas do enfermeiro, especialmente no que se refere à prescrição de medicamentos. A Resolução nº 801/2026 do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) estabelece diretrizes para essa prática, reafirmando que a prescrição pelo enfermeiro deve ocorrer no âmbito da consulta de enfermagem, fundamentada em protocolos institucionais, diretrizes clínicas e políticas públicas de saúde (COFEN, 2026). Tal normativa representa um avanço na consolidação da autonomia profissional, ao reconhecer o enfermeiro como sujeito ativo na tomada de decisão clínica e na condução do cuidado.

Entretanto, a ampliação desse escopo de atuação tem sido acompanhada por tensões interprofissionais, evidenciadas por posicionamentos de entidades como o Conselho Federal de Medicina, que questiona a segurança da prescrição de antibióticos por enfermeiros e defende a delimitação das atribuições entre as categorias da saúde (CFM, 2025). Esse cenário revela que a autonomia da enfermagem não se limita ao campo técnico ou legal, mas está inserida em um contexto mais amplo de disputas simbólicas e institucionais, que envolvem poder, reconhecimento e legitimidade no campo da saúde. Dessa forma, a consolidação da autonomia do enfermeiro depende não apenas de regulamentações normativas, mas também do reconhecimento social e interprofissional de suas competências.

O estudo de Silva e Gaspar (2024) investigou os principais desafios enfrentados pelos enfermeiros em sua prática profissional, com ênfase na sobrecarga de trabalho, nos impactos sobre a saúde mental e nas dificuldades de integração em equipes multidisciplinares. A pesquisa aponta que a alta prevalência de síndrome de burnout, aliada à insuficiência de recursos humanos e materiais, compromete diretamente a segurança do paciente e a eficiência dos serviços de saúde. Segundo os autores, “a sobrecarga de trabalho é uma questão crítica, associada ao aumento de erros assistenciais e à deterioração da saúde física e mental dos enfermeiros” (SILVA; GASPAR, 2024, p. 38). Além disso, identificou-se uma carência de suporte emocional institucional e de políticas eficazes de valorização profissional, o que agrava os impactos negativos sobre o bem-estar do profissional e condiciona adversamente o ambiente de trabalho.

Outro achado relevante foi a interdependência entre a integração interprofissional e a valorização do enfermeiro. A comunicação deficiente e a sobreposição hierárquica dificultam o reconhecimento das competências do enfermeiro e limitam sua participação nas decisões clínicas. Como destacam os autores, “a falta de clareza nos papéis e a sobrecarga de trabalho frequentemente dificultam a colaboração interprofissional, gerando conflitos e fragmentação no atendimento” (SILVA; GASPAR, 2024, p. 55). Em contrapartida, ambientes de trabalho onde o enfermeiro está incluído ativamente nas discussões clínicas evidenciam maior valorização profissional e maior senso de autonomia.

Nesse sentido, a humanização do cuidado também se mostra como um elemento central na valorização do trabalho da enfermagem. O enfermeiro mantém uma relação direta, contínua e prolongada com o paciente e sua família, desempenhando papel essencial na escuta, acolhimento e apoio emocional. Essa característica coloca o enfermeiro como figura-chave na construção de vínculos terapêuticos e no atendimento integral à saúde. A Política Nacional de Humanização, ao destacar a importância do cuidado centrado na pessoa, reafirma o papel singular

da enfermagem no sistema de saúde e reforça sua relevância para o bem-estar dos usuários.

Portanto, fortalecer a autonomia e a valorização da enfermagem demanda um conjunto integrado de ações que envolvem formação acadêmica qualificada, condições de trabalho dignas, reconhecimento institucional e participação ativa nos espaços de decisão política. Trata-se de um processo contínuo, que exige engajamento coletivo da categoria, suporte governamental e mudança cultural dentro das organizações de saúde.

3. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de abordagem sistemática, do tipo revisão bibliográfica narrativa, que busca reunir, analisar e discutir produções científicas relacionadas à valorização da enfermagem e à autonomia profissional em diferentes Níveis de Atenção à Saúde. Esse tipo de estudo é adequado para compreender fenômenos complexos e multifacetados, permitindo uma reflexão crítica sobre os avanços, desafios e perspectivas da profissão.

A pesquisa foi realizada por meio de levantamento em bases de dados nacionais e internacionais, tais como: Scientific Electronic Library Online (SciELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Base de Dados de Enfermagem (BDENF) e National Library of Medicine – Public Medline (PubMed) utilizando descritores controlados (DeCS/MeSH) combinados por operador booleano, como: “Autonomia” AND “Enfermagem” AND “Níveis de Atenção à Saúde”.

Inicialmente, foram identificados 64 artigos. Em seguida, aplicaram-se os filtros disponíveis na plataforma, contemplando: Atenção Primária à Saúde, Prática Avançada de Enfermagem, Cuidados de Enfermagem, Enfermagem, Qualidade da Assistência à Saúde, Níveis de Saúde, Triagem, Enfermagem em Emergência, Enfermagem em Saúde Comunitária e publicações dos últimos cinco anos.

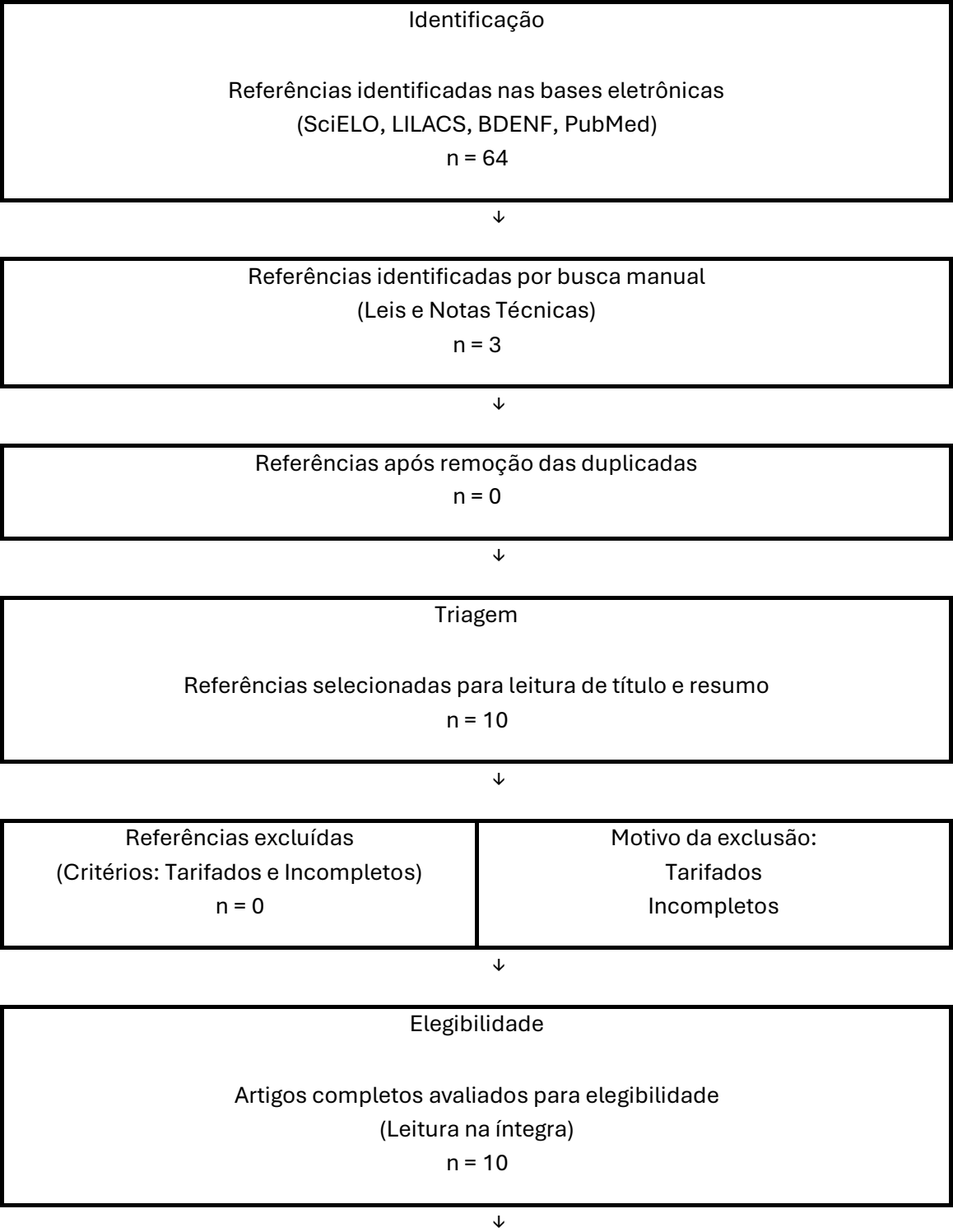
Como critérios de exclusão, adotaram-se: artigos tarifados, textos incompletos e estudos duplicados. Após a aplicação desses critérios e filtros, permaneceram 10 artigos, escritos em português e inglês, após a exclusão de 4 artigos não condizentes com o tema restaram 6 que compuseram a amostra final desta revisão.

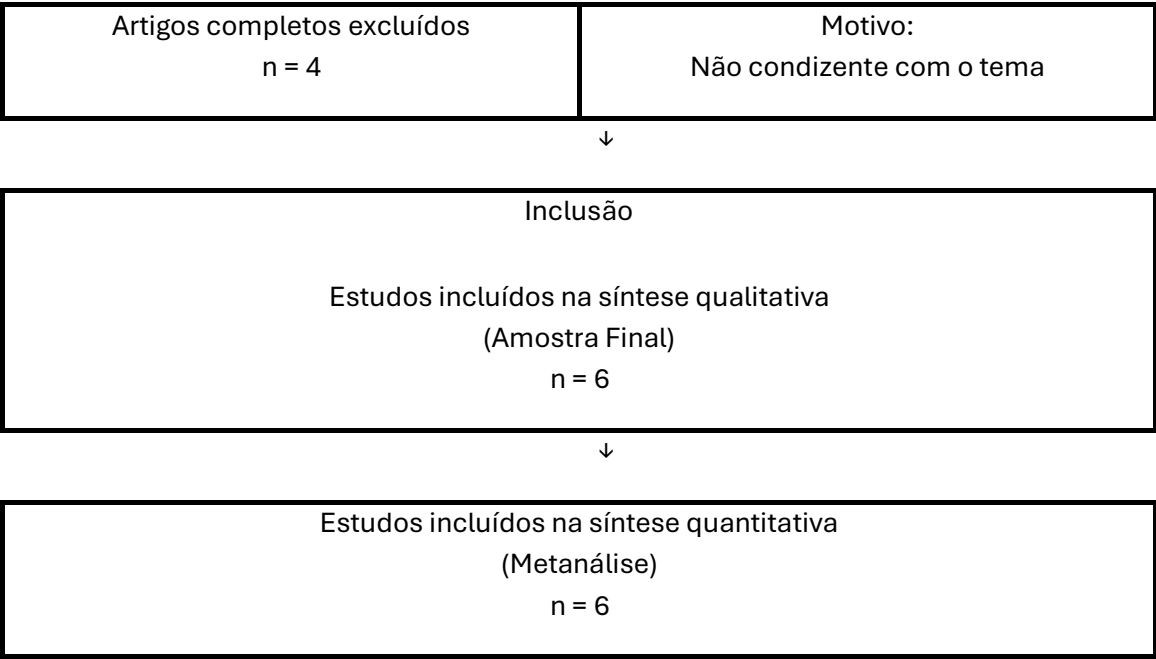
Por tratar-se de uma pesquisa do tipo revisão bibliográfica, sem envolvimento direto de seres humanos, o estudo dispensa avaliação pelo Comitê de Ética em Pesquisa, conforme a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que estabelece diretrizes para pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil. Ainda assim, foram respeitados os princípios éticos de integridade científica, garantindo-se a adequada citação das fontes, a fidedignidade das informações e a utilização responsável dos conteúdos analisados.

A seleção dos artigos ocorreu em três etapas:

- a) Leitura dos títulos e resumos para identificar a relevância do material;
- b) Leitura completa dos textos selecionados;
- c) Organização dos dados em quadros e categorias temáticas relacionadas aos objetivos do estudo.

Fluxograma apresentando o processo de seleção dos estudos incluídos na revisão.





A análise dos dados foi realizada por meio da análise temática de conteúdo, permitindo a identificação de categorias como: desafios, avanços, políticas públicas e estratégias de fortalecimento da autonomia e valorização da enfermagem.

Quadro 1 – Estudos incluídos na revisão

Nº	Título	Revista / Documento	Autores	Ano
1	Prática avançada de enfermagem e autonomia clínica: perspectivas para o Brasil	Revista Brasileira de Enfermagem	Bueno, R.; Silva, T.	2024
2	Gênero, cuidado e identidade profissional na enfermagem	Revista Saúde em Foco	Costa, M.; Almeida, R.; Moura, L.	2021
3	Autonomia e tomada de decisão clínica na enfermagem	Revista Científica de Enfermagem	Farias, L.; Rodrigues, M.	2022
4	Condições de trabalho e sofrimento emocional pós-pandemia	Saúde em Debate	Ferreira, P.; Morais, A.; Luna, V.	2023
5	Autonomia profissional e gestão do cuidado em diferentes níveis de atenção	Revista Brasileira de Saúde Coletiva	Geremia, D. et al.	2024

6	Hierarquia, autonomia e práticas hospitalares na enfermagem	Revista de Pesquisa em Enfermagem	Landim, F. et al.	2023
---	---	-----------------------------------	-------------------	------

Quadro 2: Objetivos e Resultados

Nº	Título	Objetivo do Estudo	Principais Resultados
1	Prática avançada de enfermagem e autonomia clínica	Discutir a aplicação da PAE no Brasil.	A PAE fortalece a autonomia clínica e o reconhecimento profissional do enfermeiro.
2	Gênero, cuidado e identidade profissional na enfermagem	Analisar a influência do gênero na identidade profissional.	A feminização da profissão contribui para a desvalorização social da enfermagem.
3	Autonomia e tomada de decisão clínica na enfermagem	Avaliar como ocorre a tomada de decisão no cuidado.	A autonomia é influenciada por hierarquias institucionais e barreiras culturais.
4	Condições de trabalho e sofrimento emocional pós-pandemia	Investigar impactos emocionais em enfermeiros após a pandemia.	Sobrecarga e desgaste emocional aumentaram o adoecimento e insatisfação profissional.
5	Autonomia profissional e gestão do cuidado em diferentes níveis	Comparar autonomia na APS, média e alta complexidade.	Maior autonomia é observada na APS; ambiente hospitalar apresenta restrições.
6	Hierarquia, autonomia e práticas hospitalares na enfermagem	Identificar como a hierarquia influencia o trabalho do enfermeiro.	Modelo médico-hegemônico reduz a autonomia no hospital.

4. DISCUSSÃO

A presente discussão foi estruturada conforme os objetivos específicos propostos, buscando estabelecer articulação crítica entre os achados dos artigos analisados e as finalidades da pesquisa.

No que se refere ao primeiro objetivo específico, que consistiu em identificar os principais desafios enfrentados pelos profissionais de enfermagem na busca por reconhecimento, valorização e autonomia, os resultados demonstram que tais dimensões são atravessadas por determinantes históricos, culturais e institucionais que ultrapassam o campo técnico da profissão.

O artigo 2 evidencia que a feminilização histórica da enfermagem contribui para sua desvalorização social, uma vez que o cuidado permanece associado a atributos culturalmente considerados femininos. Tal construção simbólica impacta diretamente o reconhecimento profissional e reforça desigualdades estruturais que dificultam a consolidação da autonomia da categoria.

No plano organizacional, o artigo 3 aponta que a autonomia do enfermeiro é fortemente influenciada por hierarquias institucionais e barreiras culturais, especialmente em contextos marcados por estruturas verticalizadas de poder. De maneira convergente, o artigo 6 demonstra que, no ambiente hospitalar, a predominância do modelo médico hegemônico restringe a participação do enfermeiro nos processos decisórios, limitando sua atuação clínica e reforçando relações historicamente estabelecidas de subordinação profissional. Esses achados revelam que a autonomia não depende exclusivamente da competência técnica, mas das condições institucionais que legitimam ou restringem seu exercício.

Além disso, o artigo 4 destaca que a sobrecarga de trabalho e o desgaste emocional, intensificados no período pós-pandemia, ampliaram o adoecimento e a insatisfação profissional. Esse cenário compromete não apenas a qualidade de vida dos trabalhadores, mas também a segurança na tomada de decisão e a capacidade de exercer autonomia de forma plena e consistente.

Em contrapartida, os estudos também apontam possibilidades de fortalecimento profissional. O artigo 1 evidencia que as Práticas Avançadas de Enfermagem constituem estratégia relevante para ampliação da autonomia clínica e do reconhecimento social do enfermeiro, ao ampliar seu escopo de atuação e sua capacidade resolutiva. Esse achado sugere que a qualificação profissional e a regulamentação adequada podem funcionar como mecanismos estruturantes para a consolidação da autonomia.

De forma complementar, o artigo 5 demonstra que a autonomia profissional se manifesta de maneira distinta nos diferentes níveis de atenção à saúde, sendo mais expressiva na Atenção Primária à Saúde, onde o modelo assistencial favorece maior proximidade com o território, coordenação do cuidado e tomada de decisão compartilhada. Em contraste, o ambiente hospitalar apresenta maiores restrições, reforçando a influência do modelo organizacional sobre o exercício profissional.

No que se refere ao segundo objetivo específico, os achados indicam que a autonomia da enfermagem assume caráter multidimensional, manifestando-se nas dimensões clínica, gerencial e comunitária. O artigo 3 reforça que a tomada de decisão clínica exige não apenas conhecimento técnico-científico, mas também reconhecimento institucional dessa competência. Já o artigo 5 evidencia que, na Atenção Primária, o enfermeiro exerce papel estratégico na coordenação do cuidado e na ampliação do acesso aos serviços, demonstrando elevado potencial resolutivo.

Assim, observa-se que valorização e autonomia constituem dimensões interdependentes. Enquanto os artigos 2, 3 e 6 apontam desafios relacionados a construções históricas, hierarquias institucionais e hegemonia médica, os artigos 1 e 5 indicam caminhos para o fortalecimento da profissão por meio da qualificação, ampliação do escopo de atuação e reorganização dos modelos assistenciais. O artigo 4, por sua vez, alerta que condições precárias de trabalho podem fragilizar qualquer avanço normativo ou formativo.

Dessa forma, compreende-se que a consolidação da autonomia da enfermagem exige transformações que envolvem reconhecimento social, reorganização estrutural dos serviços de saúde e fortalecimento contínuo da formação profissional. Mais do que um atributo individual, a autonomia revela-se como construção coletiva e institucional, diretamente vinculada ao lugar que a enfermagem ocupa no campo da saúde.

5. CONCLUSÃO

A partir da análise desenvolvida, evidencia-se que a valorização e a autonomia da enfermagem são construções que dependem não apenas do respaldo legal existente, mas, sobretudo, das condições concretas de trabalho, da organização dos serviços de saúde e do reconhecimento institucional e social da profissão. Nesse sentido, embora o enfermeiro possua competências legalmente estabelecidas, sua efetivação ainda encontra limitações impostas por modelos assistenciais tradicionais e por fragilidades estruturais do sistema de saúde.

Os resultados apontam que desafios como a hierarquização das equipes, a sobrecarga de trabalho, a limitação de recursos e o reconhecimento profissional insuficiente impactam diretamente o exercício da autonomia, restringindo o potencial de atuação do enfermeiro, principalmente em contextos de maior complexidade. Em contrapartida, observa-se que, na Atenção Primária à Saúde, há maior espaço para práticas autônomas, evidenciando o papel estratégico do enfermeiro na organização do cuidado, na ampliação do acesso e na resolutividade das demandas da população.

Além disso, a autonomia profissional se expressa de maneira multifacetada, envolvendo dimensões clínicas, gerenciais e comunitárias, o que reforça a complexidade e a relevância da atuação da enfermagem nos diferentes níveis de atenção. Nesse contexto, destaca-se a necessidade de fortalecimento da formação profissional, especialmente por meio das Práticas Avançadas de Enfermagem, como estratégia para ampliar competências, consolidar a atuação clínica e promover maior reconhecimento da categoria.

Ademais, as recentes atualizações normativas evidenciam avanços na consolidação da autonomia do enfermeiro, especialmente no âmbito da prática clínica. Contudo, os debates institucionais ainda presentes demonstram que a efetivação dessa autonomia depende não apenas de respaldo legal, mas também do reconhecimento interprofissional e da superação de conflitos históricos entre as categorias da saúde.

Realizar esta pesquisa foi um processo instigante e transformador. Ao longo das buscas e leituras, novos questionamentos surgiram, especialmente porque, paralelamente ao desenvolvimento do estudo, vivenciávamos os estágios na Atenção Primária e na média e alta complexidade. Essa experiência permitiu associar teoria e prática, compreender de forma mais concreta o papel do enfermeiro e reconhecer, para além dos desafios, a potência da autonomia profissional no cotidiano do cuidado. Este trabalho também representa uma construção pessoal. A escolha do tema nasceu da inquietação diante das situações observadas durante a formação, nas quais a autonomia do enfermeiro, embora prevista legalmente, nem sempre se materializa na prática. Refletir sobre valorização e reconhecimento profissional tornou-se, portanto,

um exercício de posicionamento enquanto futuras enfermeiras, reforçando o compromisso de atuar de maneira ética, segura e fundamentada, contribuindo para o fortalecimento da profissão.

A enfermagem, historicamente constituída como uma profissão majoritariamente feminina em uma sociedade marcada pelo patriarcado, teve sua trajetória influenciada por relações de gênero que contribuíram para a desvalorização de seu trabalho e para a limitação de sua autonomia profissional. Ao longo de sua evolução, a hegemonia médica, especialmente presente nos ambientes hospitalares, reforçou modelos hierárquicos que frequentemente restringiram a atuação independente do enfermeiro. Em contrapartida, na Atenção Primária à Saúde (APS), observa-se maior espaço para o exercício da autonomia profissional, embora desafios relacionados ao reconhecimento e à valorização da categoria ainda persistam. Nesse contexto, a conquista de maior autonomia e valorização da enfermagem está diretamente associada às transformações sociais, à ampliação dos direitos das mulheres e ao fortalecimento do papel do enfermeiro como protagonista no cuidado em saúde.

Este estudo nos despertou o desejo genuíno de contribuir, enquanto profissionais da enfermagem, para que o exercício do cuidado seja cada vez mais reconhecido, respeitado e valorizado. A certeza que permanece é a de que, independentemente do espaço de atuação que venhamos a ocupar, buscaremos exercer nossa prática com responsabilidade, competência e compromisso, fortalecendo a autonomia da enfermagem e honrando o papel essencial que a profissão desempenha na consolidação de um sistema de saúde mais resolutivo, equitativo e centrado nas necessidades da população.

REFERÊNCIAS

ABYU, Gebre Yitayih; MAPOMA, Chabila Christopher. *Lydia Hall nursing theory*. 2019.

Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/335997169_Lydia_Hall_nursing_theory.

Acesso em: 14 mar. 2026.

ARGENTA, C.; ADAMY, E. K.; BITENCOURT, J. V. O. V. (eds.). *Processo de enfermagem: história e teoria* [online]. Chapecó: Editora UFFS, 2020. 129 p. (Processo de

Enfermagem: da teoria à prática). ISBN 978-65-86545-21-0. Disponível em:

<https://doi.org/10.7476/9786586545234>. Acesso em: 17 mar. 2026.

BRASIL. Conselho Federal de Enfermagem. Resolução COFEN nº 801, de 14 de janeiro de 2026. Estabelece diretrizes para a prescrição de medicamentos pelo enfermeiro.

Disponível em: <https://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-801-de-14-de-janeiro-de-2026/>. Acesso em: 19 mar. 2026.

BRASIL. Lei n. 7.498, de 25 de junho de 1986. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e dá outras providências. Conselho Federal de Enfermagem, 1986. Disponível em: <https://www.cofen.gov.br/lei-n-749886-de-25-de-junho-de-1986/>.

Acesso em: 17 mar. 2026.

BRASIL. Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, DF: CNS, 12 dez. 2012. 12 p. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/aceso-a-informacao/atos-normativos/resolucoes/2012/resolucao-no-466.pdf>.

Acesso em: 18 mar. 2026.

BUENO, Arianne Cardozo; SILVA, Érika Andrade e. Acolhimento à demanda espontânea na Atenção Primária à Saúde: uma proposta de intervenção. *Revista de APS*, v. 27,

2024. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/e272444537>.

Acesso em: 18 mar. 2026.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEN). *Nota Técnica nº 001/2023: Práticas Avançadas de Enfermagem no Brasil (PAE): contexto; conceitos; ações empreendidas, implementação e regulação*. Brasília, 06 jul. 2023. Disponível em:

<https://www.cofen.gov.br/nota-tecnica-cofen-no-001-2023/>. Acesso em: 18 mar. 2026.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEN). *Resolução COFEN nº 311/2007. Aprova a reformulação do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem*. 09 fev.

2007. 64 p. Disponível em: https://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/resolucao_311_anexo.pdf.

Acesso em: 18 mar. 2026.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM). CFM alerta: não é segura a prescrição de antibióticos por enfermeiros. 2025. Disponível em:

<https://portal.cfm.org.br/noticias/cfm-alerta-nao-e-segura-a-prescricao-de-antibioticos-por-enfermeiros>. Acesso em: 19 mar. 2026.

GEREMIA, Daniela Savi et al. Autonomia profissional do enfermeiro na Atenção Primária à Saúde: perspectivas para a prática avançada. *Enfermagem em Foco*, v. 15, p. 1-7, 2024. Disponível em: [autonomia-profissional-enfermeiro-atencao-primaria-saude-perspectivas-para-pratica-avancada.pdf](#) Acesso em: 18 mar. 2026.

LANDIM, Joyce Soares Silva et al. Acolhimento e vulnerabilidade na atenção primária à saúde: percepções de usuários e profissionais. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 2024. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1589505>. Acesso em: 17 set. 2025.

PÉREZ-ROMERO, Genoveva et al. Effect of patient sorting done by nurses on care request management in primary care emergency services. *Investigación y Educación en Enfermería*, v. 42, e20, 2024. Disponível em: <https://revistas.udea.edu.co/index.php/iee/article/view/358882/20816754>. Acesso em: 17 set. 2025.

SILVA, Silvana de Oliveira et al. Construction and validation of a scale to assess care received in hospital settings. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v. 33, e4354, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/hMF6pRGYmKtjpMPQrypMYBq/?lang=en>. Acesso em: 17 set. 2025.

SILVA, Danielle Adão; GASPAR, Cacilda Aparecida. Atuação do enfermeiro e suas dificuldades. *Revista FT*, 20 nov. 2024. Disponível em: <https://revistaft.com.br/atuacao-do-enfermeiro-e-suas-dificuldades/>. Acesso em: 11 nov. 2025.